

O MODO DE ENLUTAMENTO NA CONTEMPORANEIDADE E O APORTE DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL

CONTEMPORARY MOURNING EXPERIENCE AND THE APPROACH OF SOCIAL CONSTRUCTIONISM

IVÂNIA JANN LUNA

*Doutoranda em Psicologia
- Departamento de Psicologia
- Programa de Pós-
Graduação em Psicologia –
Laboratório de Psicologia da
Saúde, Família e Comunidade.
Universidade Federal de Santa
Catarina
Email: ivania@
oletelecom.com.br*

CARMEN LEONTINA OJEDA OCAMPO MORE

*Doutora em Psicologia –
Departamento de Psicologia
- Programa de Pós-
Graduação em Psicologia –
Laboratório de Psicologia da
Saúde, Família e Comunidade.
Universidade Federal de Santa
Catarina
Email: carmenloom
@gmail.com*

RESUMO: O objetivo do presente ensaio teórico é problematizar o modo de enlutamento na contemporaneidade, que pautado na visão da individualização do enlutamento e a privatização do sofrimento diante de uma perda de alguém ou de algo significativo, invisibilizam a participação das redes sociais significativas no processo de elaboração da mesma. Inseridos na perspectiva do construcionismo social, analisa-se o processo histórico e cultural no enfrentamento da morte e do luto e por sua vez, resgatam-se as concepções contemporâneas de enfrentamento da perda, nas quais se observa a incorporação de diferentes dimensões para além do olhar individual ou intrapsíquico. Evidencia-se a necessidade de uma concepção ampliada e construcionista da experiência da perda que se sustente, tanto no reconhecimento da intersubjetividade quanto da pluralidade e singularidade das narrativas construídas em torno da temática do luto.

PALAVRAS-CHAVE: luto, perda, pesar, construcionismo social, enlutamento

ABSTRACT: The purpose of this theoretical essay is to reflect upon the experience of contemporary mourning providing evidence that privatization and individualization of the mourning experience has been considered a unique situation to the individual and the family involved, but of little concern to the social networks in which it happens. The historical and cultural processes of facing death and bereavement based on the social constructionist perspective. In turn, this article reviews contemporary conceptions towards facing loss and observes the incorporation of different dimensions beyond the individual/intra-psychic view. There is evidence towards the need for an expanded social constructionism conception on the loss experience, sustained both in recognizing inter-subjectivity and in the plurality and singularity of the narratives constructed around the topic of bereavement.

KEYWORDS: bereavement, grief, loss, mourning, social constructionism

INTRODUÇÃO

A situação de luto, imposta pela perda de alguém ou de algo significativo, é universal e faz parte do ciclo vital do indivíduo, da família enquanto sistema aberto, e dos grupos sociais, enquanto rituais e comportamentos esperados decorrente da perda. Na sociedade ocidental identificam-se nessa situação dois fenômenos: o pesar, como experiência individual diante da perda, e os costumes fúnebres e as regras sociais diante da morte, por meio dos quais as pessoas poderão ou não expressar e compartilhar as suas experiências de perda.

Por sua vez, considera-se um tema complexo e multidimensional e que congrega, ao mesmo tempo, processos culturais, sociais e psicológicos, sendo interessante observar que a forma de compreensão e/ou significado atribuídos a uma situação de luto variam conforme os contextos culturais, ficando isto evidente nas termino-

Recebido em: 26/01/2013
Aprovado em: 18/04/2013

logias utilizadas em diferentes línguas. Especificamente, na língua inglesa observam-se terminologias e conceitos para designar os diferentes aspectos que compõem uma situação de luto, tais como *mourning* e *grief*, não encontrando na língua portuguesa uma tradução literal dos mesmos.

Nesse sentido, torna-se importante conhecer como esses termos foram traduzidos para a língua portuguesa e como eles têm sido conceituados nos trabalhos acadêmicos, consultados. Franco (2002, 2010), pesquisadora brasileira e tradutora dos livros de Colin Parkes (1996, 2009), *Estudos sobre o luto na vida adulta* (1996) e *Amor e perda: raízes do luto e suas complicações* (2009), traduziu os termos *mourning* como enlutar-se ou enlutamento e *grief* como pesar.

O pesar é conceituado como uma reação emocional, comportamental e fisiológica individual de quem perdeu algo ou alguém (Stroebe & Stroebe, 1994). Neste artigo dar-se-á preferência ao termo genérico “experiência da perda” em vez de pesar, pois se entende que o mesmo se refere às reações apontadas.

O enlutamento, por sua vez, é a expressão ativa dessa experiência e se pauta nos costumes e convenções sociais relacionadas à morte. Segundo Stroebe, Hanson, Schut e Stroebe (2008, p. 5) consideram que o enlutamento é “... o que se refere à expressão pública do pesar, à expressão social ou aos atos expressivos de pesar que são delineados frequentemente pela nossa religião, crenças e práticas de uma dada sociedade ou grupo cultural.”

Contribuindo com esta discussão, observa-se Franco (2002) que aponta que o enlutamento é o pesar tornado público, quando o enlutado se apodera destes sentimentos e os compartilha com os outros, o que, por sua vez, en-

volve o olhar da cultura, que lhe dá continência e validade. Nessa direção, o modo de enlutamento configura-se de formas distintas, de acordo com as crenças religiosas e familiares, ritos de morte utilizados, bem como decorrentes dos significados construídos em torno da temática da morte, do luto e das concepções sobre a experiência individual da perda.

Em termos históricos, é possível observar que a expressão ativa da experiência da perda no final da Idade Média até o início do século XIX se dava por meio de rituais coletivos de luto, sendo valorizada e esperada a expressão pública da experiência de perda. A partir do século XX, observa-se mais privacidade e liberdade individual quanto ao modo de expressar e compartilhar essa experiência. Este último aspecto aponta o afrouxamento das regras e convenções sociais em torno da morte, a invisibilidade das redes sociais significativas no enlutamento e privatização do sofrimento advindo da experiência da perda.

A privatização do sofrimento foi delineada no âmbito dos estudos psicológicos e psiquiátricos, sendo que esses domínios de pesquisa delimitaram concepções psicológicas que nortearam o campo de pesquisa sobre a experiência da perda durante o século XX, com a visão de que se trata de um fenômeno individual e privado. Assim, se verifica a medicalização, disciplinarização e policiamento da experiência da perda engendrada no contexto das práticas de cuidado direcionadas aos enlutados (Walter, 2000, 2008; Foot & Frank, 1999).

Diante das colocações acima, este artigo tem como objetivo principal o de problematizar e refletir sobre o modo de enlutamento na contemporaneidade, pautado na visão de que este é exclusivo do sujeito que sofre e da

sua família, mas muito pouco das redes de relações sociais, e que o indivíduo em sofrimento é o ponto central da definição do enlutamento na atualidade.

Para atingir tal objetivo, se propõe um ensaio teórico que resgata o processo histórico e cultural de enfrentamento da morte e do luto e caracteriza-se a individualização do enlutamento. Além disso, busca-se evidenciar em que medida as teorias psicológicas sobre a experiência da perda, construídas ao longo do século XX, auxiliaram na configuração do sofrimento como algo privado e inacessível à maioria das pessoas.

Acredita-se que a problematização dessa concepção pode gerar subsídios teóricos de reflexão ao evidenciar que a individualização no enlutamento inviabiliza a participação social da rede social significativa e, ao mesmo tempo, produz a medicalização do sofrimento advindo da experiência da perda. Assim, com base nos pressupostos epistemológicos do construcionismo social, discute-se uma concepção ampliada e construcionista social da experiência da perda que possibilita dar visibilidades às redes sociais e, por consequência, às diferentes narrativas construídas diante da morte e do luto.

O ENLUTAMENTO NA CONTEMPORANEIDADE: DA PRIVACIDADE À SOLIDÃO ÍNTIMA

O enlutamento, enquanto modo de expressão da experiência de perda, se caracteriza pelas diversas significações atribuídas ao longo do processo histórico cultural do ocidente, significações estas ainda presentes e que revelam tanto as formas de enfrentamento da morte e do luto, como seus significados e posicionamentos. Considera-se que é no conjunto dessas sig-

nificações que se sustenta a concepção do que significa enlutar-se na contemporaneidade.

Durante toda a Idade Média pode-se distinguir um posicionamento diante da morte que enfatiza a sua sacralização e, a partir desse período, a sua progressiva dessacralização. A sacralização da morte implicava um modo de enlutamento pautado por tradições religiosas, sendo que moribundos e enlutados preocupavam-se com o destino dos mortos e a absolvição de sua alma, sendo os rituais de luto eventos religiosos, públicos e coletivos (Ariés, 1981).

A partir do final da Idade Média, a morte sofreu uma progressiva dessacralização, o que implicava a visão de que ela é passível de estudo. Surgem novas preocupações associadas ao momento da morte, como os sentimentos de perda e a manutenção dos vínculos afetivos após a morte. No século XIX, por exemplo, o movimento romântico celebrava os vínculos parentais e conjugais para além da morte, sendo o cultivo da dor da perda o ponto alto do compromisso emocional desses relacionamentos. O luto, por sua vez, expressava a subjetividade das relações de afeto, ao mesmo tempo em que possibilitava lidar com a dor da perda de um modo mais personalizado (Ariés, 1981; Stroebe, Gergen, Stroebe & Gergen, 1992).

A dessacralização e secularização da morte foi o que se destacou no século XX, passando a ser objeto de estudo e intervenção profissional. Na visão de Walter (1997), “a morte moderna é, portanto, caracterizada pela tensão e acomodação entre as ideias cristãs, as ideias seculares e os processos de racionalização” (Walter, 1997, p.195). Nessa perspectiva, não somente a morte ganhou status de objeto de estudo, mas também os doentes e en-

lutados, que passaram a serem abordados no âmbito das profissões médicas. Dessa forma, o morrer passou a ser vivenciado nos hospitais por meio de tecnologias científicas de cuidado, ao mesmo tempo em que esses locais continuam a ser frequentados por clérigos que dividem com os profissionais de saúde crenças a respeito da vida e da morte.

Assim, é também por meio de crenças seculares que o luto passou a ter outra conotação, ou seja, a preocupação dos enlutados se direcionava predominantemente para os seus sentimentos pessoais, como aponta Walter (1997) no estudo dos processos de secularização do luto nas sociedades britânicas e americanas. Para o autor, “[...] se eu não tenho nenhuma relação eterna com o falecido ou com Deus que está a olhar por ele, então somente me preocuparei com a perda da relação usufruída antes de a pessoa morrer. Eu posso prestar atenção, sem distração, ao meu pesar e ao pesar dos outros [...]” (Walter, 1997, p. 211). Nesse sentido, o enlutamento está permeado por preocupações pessoais em torno da perda e não mais exclusivamente por condutas sociais que devem ser tomadas diante da morte.

No Brasil, Koury (2003) evidenciou a perda progressiva, desde os anos 1970, da força e da simbologia das tradições religiosas diante da morte. Por sua vez, observou que o atual estranhamento e distanciamento em relação aos enlutados mostra que a subjetividade do sentimento é o que melhor definiu no que consiste a situação de luto. Esse autor investigou a relação entre luto e sociedade no Brasil contemporâneo, portanto, descreveu a visão social que se tem da pessoa enlutada, da experiência da perda e em que medida ele é vivido por meio do social. O autor citado perguntou a uma

amostra de 1.304 informantes, oriundos de 27 centros urbanos brasileiros, como deve ser o comportamento de alguém que está vivendo um luto, obtendo os seguintes resultados: ser discreto (77,6%); tradição (15,34%) e não existe comportamento ideal (7,06%). Perguntou, também, “como deve ser o comportamento do outro?”: dar apoio (18,71%); não importunar (72,01%) e depende do caso (9,28%).

O autor mencionado discute que essas categorias indicam um valor mais intimista e privado das vivências diante de uma situação de luto no Brasil urbano, seja no comportamento desejado para o enlutado, seja nas atitudes esperadas dos outros frente ao enlutamento. Encontram-se, também, os sentidos da privacidade atual das relações sociais estabelecidas na situação de luto, assim o mesmo afirma:

A higienização do processo de dor empurra o sofrimento para dentro do sujeito que a vivencia e leva os outros a não chegarem muito próximos ao sofrimento alheio, por um receio não apenas de contaminação, mas e principalmente para não serem entendidos como intrometidos em uma relação que, aparentemente, não tem nada a ver com eles e é da intimidade do sujeito que a sofre (Koury, 2003, p.152).

Por sua vez, Koury (2003) também perguntou se o informante enlutado recebeu algum apoio de alguém específico e obteve os seguintes resultados: apoio de ninguém ou apenas lembranças totalizam 26,76%; da família (23,78%); dos amigos (8,18%); da religião (25,86%) e do trabalho (15,45%).

No que diz respeito à família, perguntou-se quais foram os sentimentos em relação a ela no momento do luto.

Os resultados foram a mágoa e a indiferença (25.15%), porém, também se sentiram apoiados (18.95%); receberam afeto (39.03%); apoio nos rituais (8.82%) e vontade de ajudar (8.05%). A religião contribuiu para o conforto espiritual (63.73%) promovendo uma mudança de visão de mundo (10.81%); para outros, não contribuiu de nenhuma forma (25.46%). O trabalho contribuiu para ajudar a superar a crise (82.82%) e as outras respostas foram: normal (3.99%) e pouca concentração (13.19%).

Esse autor apontou que o trabalho funciona como um esquecimento de si próprio e de mascaramento da face para os outros e não proporciona a reintegração social. Diferente da família, dos amigos e da religião, que representam uma presença muito forte do outro no processo de reintegração do sujeito num momento de crise: “[...] parece funcionar como anteparo para o sofrimento, que permite aos sujeitos envolvidos situarem-se em um mapa comum, de interação [...]” (Koury, 2003, p.138).”

Assim, o autor aponta que hoje já não é mais possível a expressão pública da experiência da perda; sendo que a coletividade não tem mais o vigor de aquietar as tensões e conflitos resultantes dessa experiência, sendo o enlutamento vivido na solidão, aumentando o sentimento individual de exclusão social.

Portanto, o modo de enlutar-se calcado na privacidade e solidão íntima, torna os relacionamentos sociais e os rituais de luto pouco significativos, enquanto práticas que favoreçam uma promoção da elaboração do mesmo. Assim, o enlutamento na contemporaneidade passa a ser da ordem dos sentimentos privados e inacessíveis à maioria das pessoas, mesmo as mais familiares.

* O termo *grief work* foi traduzido para a língua portuguesa como “trabalho de luto” por Franco (1996, 2009). Assim, faz-se menção a esse termo em inglês, mas se usará a tradução realizada por essa autora.

É nesse contexto de individualização do enlutamento que se analisa, a seguir, a construção de um campo de estudos psicológicos e psiquiátricos. Problematisa-se, assim, a privatização do sofrimento advindo de uma perda e as implicações sociais como o policiamento, medicalização e a disciplinarização engendradas no contexto das práticas de cuidado direcionadas aos enlutados.

PRIVATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DA PERDA: IMPLICAÇÕES SOCIAIS

Conforme delineado acima a privatização do sofrimento foi reconhecida no âmbito dos estudos da Psicologia e da Psiquiatria, quando este campo se ocupou em conceituar a experiência da perda como um fenômeno eminentemente privado do sujeito enlutado.

Foi desenvolvido um modelo psicológico para compreender a experiência da perda na vertente psicanalítica. Muito embora Freud (1974) não tenha tido interesse direto na questão do luto, ele diferenciou o trabalho emocional diante da perda de um ente querido daquele envolvido na experiência da depressão/melancolia. Esse autor, ainda que tenha definido que ambos consistem em reações à perda, distinguiu que na depressão há o rebaixamento da autoestima e não se sabe exatamente o que se perdeu, apenas quem foi perdido.

Para o autor citado, a experiência da perda consiste no confronto com a realidade da ausência da pessoa amada e isso implica o desinvestimento emocional das lembranças e memórias associadas a essa pessoa. Essa perspectiva também é chamada de hipótese *grief work**, ou seja, trabalho de luto. Segundo Freud (1974), esse trabalho ocorre da seguinte forma:

[...] o teste da realidade revelou que o objeto amado não existe mais, passando a exigir que toda a libido seja retirada de suas ligações com aquele objeto [...]. São executadas pouco a pouco, com grande dispêndio de tempo e energia catexial, prolongando-se psiquicamente, nesse meio tempo, a existência do objeto perdido. Cada uma das lembranças e expectativas isoladas, através das quais a libido está vinculada ao objeto, é evocada e hipercatexizada, e o desligamento da libido se realiza em relação a cada uma delas. [...] contudo, o fato é que, quando o trabalho do luto se conclui, o ego fica outra vez livre e desinibido (Freud, 1974, p. 277).

No âmbito de estudos sobre o enfrentamento do morrer, encontra-se o trabalho de Klüber-Ross (1997) com doentes terminais, publicado pela primeira vez em 1969. Essa autora descreveu que a experiência diante da terminalidade se dava a partir de cinco atitudes principais, como a negação, a raiva, a barganha, a depressão e a aceitação.

Diversos outros autores construíram concepções sobre a experiência da perda, como uma doença, uma síndrome ou um processo (Engel, 1960; Lindemann, 1944; Parkes, 1988, 1996, 2009; Bowlby, 1961, 1990). A visão de que essa experiência se assemelha às características da doença foi descrita por Engel (1960), na medida em que ele a descreve como tendo uma etiologia e sintomas específicos da depressão. Lindemann (1944) teve a preocupação de circunscrevê-la como uma síndrome; nessa direção, apontou para um conjunto de sintomas, tais como a falta de energia, estresses somáticos, distorções na percepção, distorções na sensação, culpa, hostilidade, mudanças nos padrões habituais de comportamento, desper-

sonalização, falta de sentido, vazio etc.

Outra perspectiva foi estudá-la como um conjunto de emoções, ações e eventos que se sucedem ao longo do tempo, dando origem à noção de processo de luto (*grief process*)*. Parkes (1988, 1996, 2009) apontou que a experiência da perda não é um estado emocional fixo, pressupõe mudanças importantes no pensamento, no comportamento e no relacionamento da pessoa enlutada em relação à pessoa que morreu.

Portanto, esse autor inaugurou a perspectiva do processo de luto e cabe mencionar a contribuição da teoria etológica do apego de Bowlby (1961, 1990) para delimitá-la. Esse autor afirma que a experiência da perda compreende uma reação geral chamada de ansiedade de separação, ou seja, uma tentativa frustrada de recuperar a figura de apego. Assim, demonstrou que essa reação ocorria por meio de um padrão comportamental e afetivo, explicando as distintas fases e emoções da perda, como entorpecimento, anseio e busca pela pessoa perdida, desespero, desamparo, raiva, depressão e reorganização do comportamento.

As concepções citadas circunscrevem a experiência da perda como um fenômeno eminentemente privativo, portanto, como um processo interno, inerente à condição biológica do ser humano de formar e perder vínculos de apego (Bowlby, 1990) e a condição psicológica de construir e desconstruir relações de objeto (Freud, 1974). Portanto, a experiência de perda implica a perda do vínculo e a perda do objeto de acordo com a visão etológica e psicanalítica respectivamente (Stroebe & Stroebe, 1994).

Walter (2000), por sua vez, apontou que a preocupação com a busca de um padrão subjetivo de respostas diante

* O termo *grief process* foi traduzido para a língua portuguesa como processo de luto por Franco (1996, 2009). Assim, faz-se menção a esse termo em inglês, mas se usará a tradução realizada por essa autora.

da perda possibilitou a construção de um paradigma de estudo privado da subjetividade que teve implicações sociais, como as apontadas por Walter (2000; 2008) e Foot e Frank (1999), tais como o policiamento, a medicalização e a disciplinarização da experiência da perda.

O policiamento, termo advindo de Durkheim (1982), ocorre em qualquer cultura ou sociedade; assim, na contemporaneidade, há regras para estruturar o discurso das pessoas, definindo o que se pode conversar socialmente sobre a perda e o tempo que se leva para elaborar um sofrimento. Esse policiamento também pode se dar por meio de conceitos e teorias psicológicas para que os enlutados possam compreender e descrever a sua própria experiência. Isso significa, na concepção de Walter (2000), medicalizar a experiência da perda, ou seja, normatizá-la de acordo com modelos teóricos e não mais situá-la num terreno tradicionalmente sensível à cultura de cada grupo, ou seja, os rituais e costumes sociais diante da morte. Para Walter, “[...] o pesar é ditado não mais por costumes sociais, mas por processos psicológicos internos (Walter, 2000, p.4).”

A medicalização da experiência da perda se revela principalmente nos relatos autobiográficos expostos publicamente por meio de livros direcionados ao público leigo. Neles, os enlutados contam a sua experiência pessoal de sofrimento por meio de teorias psicológicas sobre a perda, sobretudo as divulgadas pelo campo psiquiátrico a partir dos últimos 30 anos do século XX (Walter, 2000).

No âmbito dos grupos de mútua ajuda para enlutados também se produzem determinadas regras de como se deve enfrentar uma perda. Nesse contexto, Wambach (1985) discute que a concepção “processo de luto” é

uma construção social retroalimentada por profissionais de saúde, enlutados e pesquisadores, sendo essa concepção um guia e um marcador de tempo para as experiências vividas numa situação de luto. Assim, as conversações nesses grupos são pautadas pelas fases pelas quais o enlutado deve se reconhecer e passar. Na visão dessa autora, “[...] pelas interações sociais e automonitoramento, os viúvos podem usar o processo de luto para julgar o seu próprio progresso [...] ambos, viúvos e profissionais, levam muito a sério o fato de alguns enlutados não conseguirem movimentar-se nas suas experiências como o esperado” (Wambach, 1985, 204).

A ajuda psicológica para enlutados, seja ela advinda de grupos de apoio ou por meio de terapias específicas, indicam, por sua vez, a construção de critérios e conceitos para definir o que é normal ou anormal diante de uma perda. Na visão de Foot e Frank (1999), a disciplinarização da experiência da perda pode ser vista por meio do conceito de luto patológico (*pathological grief**), descrito por Rando (1993), como sendo as reações à perda que foge do padrão normal e são associadas com mau ajustamento e problemas psiquiátricos. Neste sentido, Parkes (1988) sistematiza as distorções do normal, seja por meio de três síndromes, tais como luto crônico, luto adiado e luto inibido ou ainda por meio de fatores de risco que predis põe o enlutado a desenvolver essas síndromes.

Fernandes da Silva e Muniz (2011) atenderam um casal que perdeu um filho e que foi avaliado como incapacitado quanto à parentalidade por meio da adoção, tendo em vista as concepções de psicólogos judiciais do que é normal e anormal diante de uma perda. Neste atendimento, as autoras apontam que as perspectivas consideradas na

* *Pathological grief* foi traduzido para a língua portuguesa como luto patológico por Franco (1996, 2009). Assim, faz-se menção a esse termo em inglês, mas se usará a tradução realizada por essa autora.

avaliação do casal referiram-se somente a dos profissionais judiciários, ou seja, excluindo-se as narrativas sobre a perda construída pelo casal e pelos terapeutas que os atendeu devido ao encaminhamento para a terapia do luto.

Para Walter (2006), ainda que no século XIX se reconhecesse que a experiência da perda poderia levar à loucura, não era no âmbito da doença mental que ela era descrita. Assim, observa-se que a experiência da perda, concebida como um fenômeno interno e privado, implicou o seu policiamento, a sua medicalização e disciplinarização.

Na contemporaneidade o termo luto patológico foi substituído por luto complicado*, sendo este um conjunto de reações e comportamentos considerados disruptivos para a vida cotidiana do enlutado (Rando, 1993). Assim, distinguem-se enlutados que são considerados vulneráveis e por isso podem passar a ser entendidos sob o signo da doença mental.

Estão em curso pesquisas cuja proposta é que pessoas que apresentam determinadas reações devam ser identificadas sob a concepção de um novo transtorno mental, que será incluído no *Diagnostic Statistical Manual of Mental Disorders – Fifty edition* – como “transtorno do luto prolongado” (Prigerson, Vanderwerker & Maciejewski, 2008).

É no contexto dessa discussão que se observa que a experiência da perda pode ser analisada como um fenômeno eminentemente privado, ou seja, como uma síndrome, processo individual, doença mental, ou ainda como um fenômeno que se sustenta na intersubjetividade, portanto, como um processo interativo e contextual.

Essa tem sido a perspectiva das teorias psicológicas contemporâneas no campo de estudo da experiência da

perda, que incorpora diferentes dimensões para além do olhar individual ou intrapsíquico, demonstrando a importância dos aspectos cognitivos, familiares e sociais. Para Stroebe, Hansson, Schut e Stroebe (2008, 580), na atualidade “[...] se tem mais interesse em questões sobre construcionismo social, avaliação, recursos pessoais e coletivos do que a descoberta do que se passa internamente no sujeito”. Assim, a seguir, propõe-se uma discussão sobre uma concepção ampliada e construcionista da experiência da perda, a partir dos pressupostos epistemológicos do construcionismo social.

POR UMA CONCEPÇÃO AMPLIADA E CONSTRUCIONISTA DA EXPERIÊNCIA DA PERDA

Desde o início do século XX até o presente momento, a maneira de se compreender a experiência da perda tem passado por profundas transformações nos campos psicológico e psiquiátrico. O seu enquadramento inicial, que se dava somente no âmbito intrapsíquico, passou para uma ampliação a outros, tais como: cognitivos, relacionais e culturais (Rothaud & Becker, 2007 e Franco, 2002, 2010).

As perguntas de Sluzki (1997), na citação a seguir, auxiliam-nos a pensar sobre a experiência da perda como um fenômeno complexo, que pressupõe vários âmbitos, dimensões, atores e cenários.

[...] qual é o processo pelo qual essas experiências dilacerantes (perda de pessoas significativas) começam a cicatrizar, essa ausência intolerável se torna tolerável, esse vazio existencial começa a ser preenchido? Qual é o papel das coisas introjetadas, e do 'outro'

* *Complicated grief* foi traduzido para a língua portuguesa como luto complicado por Franco (1996, 2009). Assim, faz-se menção a esse termo em inglês, mas se usará a tradução realizada por essa autora.

(família, dos amigos, dos conhecidos) no processo reparatório? Onde ocorre a cura? No território íntimo do imaginário privado? No espaço consensualmente validado da linguagem e da construção da realidade? Na complexa galeria de espelhos do mundo interpessoal? E, dentro desse mundo, onde se concentra esse processo? Na trama interativa íntima e intensa de nossa família imediata ou no tecido mais amplo de nossa rede social? (Sluzki, 1997, p. 27)

Os pesquisadores da contemporaneidade sustentam a visão de que a experiência da perda está integrada às relações de apego, ao sistema de crenças do enlutado, aos processos cognitivos e familiares e também ao âmbito sociocultural. Para tanto, é sob a ótica interativa e contextual que são apreendidas as várias dimensões da experiência da perda, sendo essa estudada pelas perspectivas teóricas, como a cognitiva do estresse, sistêmico-familiar e construtivista.

O estudo dos processos cognitivos envolvidos na experiência da perda ocorre pela integração da concepção cognitiva do estresse de Lazarus e Folkmann (1984), da hipótese do *grief work* e do modelo etológico. Nesse sentido, é chamado de processo dual do luto o modo de enfrentamento que ocorre devido à avaliação dos estressores relacionados às perdas (Stroebe & Schut, 1999).

Essa avaliação, por sua vez, envolve um processamento cognitivo denominado pelos autores de “oscilação” entre duas grandes tendências, como confrontar a realidade da perda (e todos os aspectos emocionais que o acompanham) e evitar esse confronto (buscando atividades que afastam o enlutado do contato com a realidade da perda).

Portanto, o enfrentamento implica orientar-se para a perda, desenvolvendo determinadas estratégias para o contato com as emoções, lembranças, memórias e senso de presença do morto, bem como orientar-se para a restauração, ou seja, usar estratégias de contato para adaptação à vida sem a pessoa que se perdeu.

O processo dual do luto, por sua vez, não aborda a experiência da perda no contexto mais amplo das relações familiares, sendo essa a proposta da perspectiva sistêmico-familiar, que compreende essa experiência como interdependente das relações constituídas na família. Duas perspectivas sistêmico-familiares se destacam como a estrutural (Minuchin, 1990) e a intergeracional e de ciclo de vida (Walsh & Mcgoldrick, 1998; Shapiro, 1994).

A perspectiva estrutural evidencia a dinâmica relacional de uma família, que pode ser compreendida a partir da sua estrutura hierárquica, por meio das transações efetuadas entre os subsistemas conjugal, parental e fraternal. Essa estrutura pode ser caracterizada pelos graus de permeabilidade das fronteiras entre os subsistemas, sendo elas representadas pelas regras de quem participa e as controla naqueles subsistemas (Minuchin, 1990).

Essa perspectiva aponta que a perda provoca um desequilíbrio e uma ruptura no funcionamento das relações familiares. Portanto, ressalta que o nível de diferenciação entre os membros familiares (fusão emocional e fronteiras emaranhadas ou rígidas) e o sistema de comunicação são fatores primordiais para que a família consiga alcançar um novo equilíbrio (Bowen, 1998).

A perspectiva intergeracional e de ciclo de vida focaliza as transições previsíveis (casamento, nascimento, saída dos filhos de casa) e as imprevisíveis

do ciclo de vida (morte, doença crônica e divórcio), bem como os ciclos desenvolvimentais da família, que ocorrem aproximadamente a partir de cinco estágios: o casamento; a paternidade; famílias com filhos adolescentes; famílias no meio da vida e famílias no estágio tardio da vida. Tais ciclos são definidos sob alguns critérios – idade dos pais, dos filhos, tempo de união do casal etc., – desde o início de sua constituição até a morte de um dos indivíduos (Cervený & Berthoud, 2002).

Essa perspectiva da família considera que a experiência da perda transforma os padrões de interação dentro do ciclo vital, exigindo uma reorganização familiar dos papéis e funções de cada membro no sistema familiar. É nesse contexto que Walsh e McGoldrick (1998) definem que uma experiência de perda denota um processo transaccional que envolve o morto e os sobreviventes num ciclo comum de rupturas e continuidade da vida familiar, sendo este o desafio mais difícil para uma família.

Essas autoras ressaltam que uma das formas de viabilizar a experiência da perda é abordar os desafios diante da perda de um membro familiar, como: o compartilhamento da realidade da morte, o realinhamento e redistribuição de papéis e o investimento em outras relações e projetos de vida que permitam a reorganização da estrutura e a promoção da unidade e da identidade familiar.

Para Shapiro (1994), além desses desafios, as famílias têm que negociar as diferenças individuais de reação à perda, reorganizarem as suas interações diárias, redefinirem o senso de *self* individual e coletivo, bem como restaurarem o fluxo do tempo de desenvolvimento da família. Segundo essa autora, os fatores mais relevantes que impactam os sobreviventes e afetam as suas

respostas individuais são as circunstâncias da morte e o grau de interrupção das funções familiares, ou seja, o grau de descontinuidade, o grau de estresse que acompanha a morte e a disponibilidade de recursos de suporte.

Tanto a perspectiva intergeracional de ciclo de vida quanto a estrutural demonstram ser as características prévias do funcionamento da família que afetam adversamente a reorganização e o novo funcionamento familiar, como: a falta de franqueza no sistema familiar; a comunicação disfuncional; a posição da pessoa que morreu na família e a existência de segredos familiares.

Dessa forma se avaliam os padrões de relacionamento, que surgiram para manejar os eventos considerados estressantes pela família ao longo do ciclo de vida familiar, e os fatores relacionados à história intergeracional da família, como, por exemplo: as relações conflituosas ou rompidas na época da morte, a história de perdas anteriores (múltiplas perdas) e outros estressores que coincidem com a perda, os legados multigeracionais de lutos mal elaborados e a reação da família no momento da morte (a família mantém distância da realidade da morte).

Além disso, são importantes os fatores circunstanciais, que incluem o tipo de morte; o momento no ciclo de vida familiar; o sistema de crenças na família, evocando culpa e vergonha; a falta de recursos familiares – sociais e econômicos – e o contexto social e étnico da família que estimula a negação e o estigma (Walsh & McGoldrick, 1998).

Considerando a proposta da construção do significado na visão construtivista, observam-se os estudos de Neimeyer (2001) e de Nadeau (1997, 2008). Esta última autora investigou os processos de construção de significados na família diante de uma morte.

Para tanto, apontou que as famílias envolvem-se no processo de dar sentido à perda e isso implica a construção de uma nova realidade intersubjetiva. Nas suas palavras: “[...] o pesar individual é profundamente delineado pelo contexto familiar, e o pesar de um indivíduo tem profundos efeitos sobre a família. Em minha opinião, o significado é o núcleo do luto familiar (Nadeau, 2008, p. 513).”

Nadeau (1997, 2008), por sua vez, identificou algumas estratégias de construção de significado na família, portanto, descreveu alguns padrões de comportamento, tais como: conversar e contar histórias sobre a morte e suas experiências desde o adoecimento; questionamento sobre o que aconteceu; sonhar; fazer comparações com outras mortes; utilizar metáforas para descrever a morte; identificar coincidências (sensações, sintomas físicos, atos divinos, premonições) e caracterização do falecido (descrição de como ele era).

Para Neimeyer (2001), na situação de luto, os enlutados são continuamente confrontados com significados de um mundo que existia e não existe mais, sendo essa disrupção geradora das reações diante da perda. Esse autor descreve que a experiência da perda envolve uma reconstrução do significado, que implica três processos: dar sentido à perda, encontrar benefícios nessa experiência e mudar a identidade. Esses processos possibilitam a reconstrução de estruturas cognitivas ou de narrativas que deem sentido, tanto à história vivida quanto ao *self* e ao futuro que está em construção.

Pode-se apreender que as perspectivas teóricas cognitiva do estresse e construtivista centram, respectivamente, a discussão sobre a avaliação dos estressores relacionados à perda e à oscilação quanto às estratégias de enfrentamento utilizadas, e sobre os pro-

cessos de dar sentido à perda. A perspectiva sistêmico-familiar analisa a experiência da perda a partir da dinâmica familiar em termos da história dos vínculos construídos e dos desafios desenvolvimentais ao longo do ciclo de vida.

Sluzki (1997), também na perspectiva construtivista, aponta que a experiência da perda é interativa e contextual, mas também singular, ao mesmo tempo em que a situa no âmbito dos constructos do narrador/observador, ou seja, nos seus modelos conceituais ou explícitos e que, na sua visão, são mediados pela linguagem.

[...] a cura está em todos esses lugares, ou, mais precisamente, a experiência é totalmente singular para cada indivíduo em contexto, e a conceitualização do processo é uma função dos constructos do narrador/observador: os modelos são as redes ideológicas que aprendem, organizam e atribui sentido ao que está lá fora. As experiências, por mais quentes que possam ser quando sentidas, são esfriadas pelo efeito mediador da linguagem, o qual, por sua vez, é organizado por modelos conceituais ou explícitos (Sluzki, 1997, p. 27).

Contudo não fica claro na citação de Sluzki (1997, e parece ser aí a discussão epistemológica construcionista social, que os modelos conceituais ou explícitos presentes na linguagem do narrador/observador são redes de conversação e relacionamentos sociais em torno da situação de perda, ou seja, narrativas organizadoras de significados (Gergen & Gergen, 2010).

Para Rasera e Japur (2007), as narrativas produzidas intersubjetivamente coconstróem significados e experiências vivenciadas por meio de conversações e relacionamentos, pois

na perspectiva construcionista social parte-se do pressuposto epistemológico de que é por meio da linguagem e de ações coordenadas que se dá a construção social da realidade (Gergen & Gergen, 2010).

Nesse sentido, problematiza-se neste artigo que uma concepção ampliada e construcionista da experiência da perda implica que essa seja vista sob a ótica interativa e contextual – incorporando diferentes aspectos (emocionais, cognitivos, relacionais, culturais) – e, além disso, gera a necessidade do reconhecimento do contexto linguístico e do intercâmbio social, que co-constroem descrições sobre a experiência de perda e a problemática do enlutamento na contemporaneidade.

Assim, as teorias psicológicas sobre a experiência da perda estão em construção e transformação na medida em que são socialmente compartilhadas por pesquisadores, profissionais de saúde, clérigos, enlutados e em demais contextos de relacionamentos, como a escola, o trabalho e a comunidade. Assim, na vertente epistemológica construcionista social, uma experiência subjetiva e privada não está dissociada das práticas realizadas pelos grupos sociais. Isso implica, por sua vez, o reconhecimento de que qualquer distinção sobre um ou outro aspecto da experiência da perda (como processo cognitivo, familiar ou ainda como um processo de construção de significado) estará integrado a uma ou mais narrativas dominantes, configuradas historicamente em torno da morte e do luto (Gergen & Gergen, 2010).

Tendo em vista esses pressupostos, pode-se trabalhar com a perspectiva relacional e social dos processos subjetivos e privados, desconstruindo, assim, a visão medicalizadora e disciplinadora que predomina nos discursos de muitos profissionais de saúde quan-

do se trata de avaliar a normalidade ou anormalidade do sofrimento advindo de uma perda.

Nesse direcionamento, podem-se acolher novas descrições sobre a experiência da perda, tanto no campo da psicoterapia quanto na produção do conhecimento (White, 1998; Fujisaka, 2006; Breen & O'Connor, 2010; D'Ório, 2008; Rothaud & Becker, 2007; e Bonano, Boerner & Wortamn, 2008). Muito embora os autores citados não se identifiquem formalmente com a proposta epistemológica do construcionismo social, ainda assim considera-se importante mencionar os trabalhos realizados por eles com os enlutados.

No campo da terapia narrativa, especificamente, White (1998) desenvolveu com os enlutados uma nova perspectiva diante da pessoa que morreu; assim, possibilitou a construção de uma narrativa na qual a pessoa perdida se faz presente na vida do enlutado, por meio de todos os aspectos que contribuíram para a construção do *self* e da sua vida relacional.

No campo da produção do conhecimento, há necessidade de se reconhecer a singularidade e a pluralidade de narrativas e os sentidos dados à perda por pais enlutados (Rangel, 2005), crianças que perderam pais (Fujisaka, 2006), pessoas que perderam entes queridos em acidentes de trânsito (Breen & O'Connor, 2010) ou aéreos (D'Ório, 2008).

Nesses trabalhos, destaca-se a perspectiva dos vínculos contínuos, o conceito de resiliência e o enlutamento público. A experiência de vínculos contínuos consiste na preservação das relações de afeto e de vivências cotidianas com a pessoa falecida por meio de lembranças, legados, percepções, imagens e significados. O objetivo principal do enfrentamento da perda

seria reconstruir o vínculo, aceitando o que deve ser mantido ou não na relação com a pessoa falecida (Rothaud & Becker, 2007).

Outra perspectiva que tem se destacado no estudo da experiência da perda é o conceito de resiliência. Ele implica reconhecer a singularidade das respostas diante da perda, e não um padrão comum de reações e comportamentos. Os estudos sobre resiliência pós-trauma demonstram que a experiência da perda pode levar ao crescimento interpessoal, portanto, essa experiência é vista sob a ótica da saúde e não da patologia (Bonano, Boerner & Wortamn, 2008).

O enlutamento público, por sua vez, gera vivências coletivas por meio de ações dirigidas à comunidade, como, por exemplo, a construção de altares públicos nas estradas rodoviárias em que ocorreram as mortes. Assim, há o escancaramento das circunstâncias violentas das mortes que poderiam ter sido evitadas, tais como os acidentes nos quais morrem ciclistas, motoristas, pedestres etc. (Walter, 2008).

Assim, novas descrições sobre a experiência da perda, tanto no campo da psicoterapia quanto na produção do conhecimento, apontam que o enlutamento pode se dar a partir de múltiplas narrativas sobre essa experiência, bem como práticas de cuidados que rompem com a lógica da medicalização dessa experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo de enlutamento na contemporaneidade, cujas raízes remontam à Idade Média, vem questionando a sacralização da morte e evidenciando processos de secularização do luto. Isso implicou, por sua vez, a indivi-

dualização do enlutamento, o afrouxamento das regras e convenções sociais diante da morte e a invisibilidade das redes sociais significativas.

Nessa perspectiva, o significado do enlutar-se se dá pela privacidade e solidão íntima, ou seja, passa a ser da ordem dos sentimentos privados e inacessíveis à maioria das pessoas, mesmo as mais familiares. Assim, discutiu-se em que medida as primeiras concepções que nortearam os estudos psicológicos sobre a experiência da perda, configuram o sofrimento como algo privado e que diz respeito somente ao sujeito que sofre uma perda.

As teorias contemporâneas sobre a experiência da perda, por sua vez, destacam uma concepção ampliada dessa experiência, concebendo-a como um processo interativo e contextual, circunscrito tanto no âmbito intrapsíquico quanto cognitivo, familiar e social. Observou-se a importância da problematização da experiência da perda não somente numa perspectiva ampliada, mas também por meio dos pressupostos epistemológicos do construcionismo social, que permitem compreendê-la como uma construção social da realidade e do conhecimento por meio da linguagem e de ações coordenadas, historicamente situadas.

Desse modo, o enlutamento está relacionado tanto ao sujeito que sofre uma perda, quanto à família e à rede de relações sociais, na medida em que estes relacionamentos promovem o intercâmbio social, ou seja, conversações produtoras de narrativas e significados.

Essa reflexão possibilita configurar o enlutamento a partir de múltiplas narrativas sobre a experiência da perda, engendradas no contexto das redes sociais significativas, da comunidade de pesquisadores e profissionais, considerando quem morreu, as circunstâncias da morte, quem é o enlutado e

de qual grupo social e período histórico se está falando (Kastenbaum, 2008).

Observa-se, na atualidade, uma pluralidade de narrativas sobre a experiência da perda, dos vínculos contínuos, enlutamento público e a resiliência. Considera-se que novos modos de enlutamento podem ser visualizados se têm como contraponto um indivíduo e uma sociedade discutida sob o enfoque da pós-modernidade, que relaciona discursos às experiências locais e não têm a pretensão de chegar a verdades universais.

Portanto, sob a orientação filosófica pós-moderna pode-se compreender a singularidade e a pluralidade das narrativas no conjunto das representações sobre a vida e sobre a morte, pelas diferenças de gênero, redes sociais de suporte, rituais que auxiliam a melhor lidar com a perda e com a perspectiva da conexão emocional com os mortos.

REFERÊNCIAS

- Ariés**, P. (1981). *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Bowen**, M. (1998). A reação da família à morte. In F. **Walsh**, & M. **McGoldrick** (orgs.). *Morte na família: sobrevivendo às perdas* (pp.105-117). Porto Alegre: Artmed.
- Bonano**, G. A. **Boerner**, K. & **Wortamn**, C. B. (2008). Trajectories of grieving. In M. Stroebe, R. Hansson, H. Schut., & W. Stroebe (org.). *Handbook of bereavement research and practice advanced in theory and intervention* (pp. 287-308). Washington: American Psychological Association.
- Bowlby**, J. (1961). Processes of mourning. *The International Journal of Psycho-analysis*, 13(4/5), 317-340.
- Bowlby**, J. (1990). *Formação e rompimento dos laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Breen**, L. J., & **O'Connor**, M. (2010). Acts of resistance: breaking the silence of grief following traffic crash fatalities. *Death studies*, 34, 30-53.
- Cervený**, C. M. O., & **Berthoud**, C. M. E. (2002). *Visitando a família ao longo do ciclo vital*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- D'Orio**, R. T. (2010). *Histórias de fins, histórias sem fins... um estudo sobre rituais no processo de luto*. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, Brasil.
- Durkheim**, E. (1982). *O suicídio: um estudo sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores
- Engel**, G. L. (1963). Is grief a disease? A challenge for medical research. *Psychosomatic Medicine*, 23(1), 18-22.
- Fernandes da Silva**, M. G., & **Muniz**, M. G. (2011). Terapia involuntária de pais enlutados em busca da adoção: contribuições do construcionismo social. *Nova Perspectiva Sistemica*, XX(39), 24-40.
- Foot**, C. E., & **Frank**, A. W. (1999). Foucault and therapy: the disciplining of grief. In: **Chambon**, A. **Irving**, A. & Epstein, M. (org.). *Reading Foucault for social worker* (pp. 158-187). Nova York: Columbia University Press.
- Franco**, M. H. P. (2010). Por que estudar o luto na atualidade? In: M. H. P. **Franco** (org.). *Formação e rompimento de vínculos: o dilema das perdas na atualidade* (pp.17-42). São Paulo: Summus Editorial.
- Franco**, M. H. P. (2002). Uma mudança de paradigma sobre o enfoque da morte do luto na contemporaneidade. In: M. H. P. **Franco** (org.). *Estudos avançados sobre o luto* (pp. 15-38). São Paulo: Editora Livro Pleno.
- Freud**, S. (1917/1974). *Luto e melancolia*. Rio de Janeiro: Imago.

- Gergen, K. J., & Gergen, M.** (2010). *Construcionismo social: um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Fujisaka, A. P.** (2009). *Vivência de luto em adultos que perderam a mãe na infância*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Kastenbaum, R.** (2008). Grieving in contemporary society. In: M. Stroebe, R. Hansson, H. Schut. & W. Stroebe (org.). *Handbook of bereavement research and practice advanced in theory and intervention* (pp. 67-86). Washington: American Psychological Association.
- Koury, M. G. P.** (2003). *Sociologia da Emoção: o Brasil urbano sob a ótica do luto*. Petrópolis: Vozes.
- Kübler-Ross, E.** (1997). *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lazarus, R., & Folkmann, S.** (1984). *Stress, appraisal, and coping*. Nova York: Springer.
- Lindemann, E.** (1944). Symptomatology and management of acute grief. *The American Journal of Psychiatry*, 101(2), 141-148.
- McGoldrick, M.** (1998). Um tempo para chorar: a morte e o ciclo de vida familiar. In: F. Walsh, & M. McGoldrick (orgs.). *Morte na família: sobrevivendo às perdas* (pp. 56-75). Porto Alegre: Artmed.
- Minuchin, S.** (1990). *Família, funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artmed.
- Nadeau, J. W.** (1998). *Families making sense of death*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Nadeau, J. W.** (2008). Meaning-making in bereaved families: assessment, intervention and future research. In: M. Stroebe, R. Hansson, H. Schut, & W. Stroebe (org.). *Handbook of bereavement research and practice advanced in theory and intervention* (pp. 511-530). Washington: American Psychological Association.
- Neimeyer, R. A.** (2001). *Meaning reconstruction and the experience of loss*. Washington: American Psychological Association.
- Parkes, C. M.** (1988). Bereavement as a psychosocial transition: processes of adaptation to change. *Journal of Social Issues*, 44 (3), 53-65.
- Parkes, C. M.** (1996). *Estudos sobre o luto na vida adulta*. São Paulo: Summus Editorial.
- Parkes, C. M.** (2009). *Amor e perda: as raízes do luto e suas complicações*. São Paulo: Summus Editorial.
- Prigerson, H., Vanderwerker, L., & Maciejewski, P.** (2008). A case for inclusion of prolonged grief disorder in DSM-V. In: M. Stroebe, R. Hansson & W. Stroebe (org.). *Handbook of bereavement research and practice advanced in theory and intervention* (pp. 165-186). Washington: American Psychological Association.
- Rando, T.** (1993). *Treatment of complicated mourning*. Champaign: Research Press.
- Rangel, A. P. F. N.** (2005). *Do que foi vivido ao que foi perdido: o doloroso luto parental*. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Rasera, E., & Japur, M.** (2007). *Grupo como construção social: aproximações entre construcionismo social e terapia de grupo*. São Paulo: Editora Vetor.
- Roseblatt, P. C.** (2001). A social constructionist perspective on cultural differences in grief. In: M. Stroebe, R. Hansson, & W. Stroebe (org.). *Handbook of bereavement research. Consequences, coping and care* (pp. 207-222). Washington: American Psychological Association.

- Roseblatt**, P. C. (2008). Grief across culture: a review. In M. Stroebe, R. Hansson, H. Schut, & W. Stroebe (org.). *Handbook of bereavement research and practice advanced in theory and intervention* (pp. 285-300). Washington: American Psychological Association.
- Rothaud**, J., & Becker, K. (2007). A literature review of western bereavement theory: from decathecting to continuing bonds. *The Family Journal: counseling and therapy for couples and families*, 15(1), 6-15.
- Shapiro**, E. (1994). *Grief as a family process: a developmental approach to clinical practice*. Nova York: The Guildford Press.
- Sluzki**, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Stroebe**, M., & Stroebe, W. (1994). *Bereavement and health: the psychological and Physical consequences of partner loss*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Stroebe**, M., & Schut, H. (1999). The dual process model of coping with bereavement: rationale and description. *Death Studies*, 23, 197-224.
- Stroebe**, M., Hansson, R., Schut, H., & Stroebe, W. (2008). Bereavement research: 21st-Century Prospect. In: M. Stroebe, R. Hansson, H. Schut, & W. Stroebe (org.). *Handbook of bereavement research and practice advanced in theory and intervention* (pp. 577-603). Washington: American Psychological Association.
- Stroebe**, M., Gergen, M., Stroebe, W., & Gergen, K. (1992). Broken hearts or broken bonds: love and death in historical perspective. *American Psychologist*, 47(10), 1205-1212.
- Walter**, T. (1997). A secularização. In: C. M. Parkes, P. Laungani, & B. Young. *Morte e luto através das culturas* (pp. 195- 220). Lisboa: Climepsi Editores.
- Walter**, T. (2000). Grief narratives: the role of medicine in the policing of grief. *Antropology & Medicine*, 7(1), 97-114.
- Walter**, T. (2006). What is complicated grief? A social constructionist answer. *Omega*, 52(1), 71-79.
- Walter**, T. (2008). The new public mourning. In M. Stroebe, R. Hansson, H. Schut & W. Stroebe (org.). *Handbook of bereavement research and practice advanced in theory and intervention* (pp. 241-262). Washington: American Psychological Association.
- Walsh**, F., & McGoldrick, M. (1998). A perda e a família: uma perspectiva sistêmica. In F. Walsh, & M. McGoldrick (Orgs.). *Morte na família: sobrevivendo às perdas* (pp.27-55). Porto Alegre: Artmed.
- Wambach**, J. (1985). The grief process as a social construct. *Omega*, 16(3), 201-211.
- White**, M. (1988). Saying hullo again: the incorporation of lost relationship in the resolution of grief. *Dulwich Centre Newsletter*, 7-11.